

Conselho de Ministros da OCDE divulga *roadmap* para acesso do Brasil à Organização

■ Contexto

O Conselho de Ministros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou o *roadmap* do processo de acesso do Brasil e de outros quatro países¹ à Organização durante a reunião realizada em 10/06/2022 em Paris. Esse é o início formal das negociações do processo de acesso do Brasil à Organização.

■ O que é o *roadmap*?

Após a aprovação do convite para iniciar as discussões do processo de acesso à OCDE, o *roadmap* é publicado pelo Conselho de Ministros. O documento indica os termos e condições a partir dos quais o Brasil será analisado, incluindo uma lista de princípios centrais e os comitês temáticos envolvidos na avaliação das políticas e legislações do país. Nessa etapa, serão negociados ajustes que o Brasil precisará realizar para se alinhar às principais normas da OCDE.

■ Pontos principais do *roadmap*

Obrigações: o Brasil deverá aceitar os valores, princípios e objetivos (contribuir para o crescimento econômico sustentável e geração de emprego, para a expansão do comércio mundial multilateral e não-discriminatório), inclusive decisões, resoluções, regras, regulamentações e conclusões adotadas pela OCDE. Aceitar os métodos de trabalho e financeiros e todos os instrumentos legais obrigatórios.

Revisão técnica pelos Comitês: 26 Comitês analisarão as políticas brasileiras nos seguintes temas: reformas estruturais, comércio aberto e investimento, desenvolvimento inclusivo, governança, meio ambiente, biodiversidade e clima, digitalização e infraestrutura (ver lista de Comitês).

Escopo e condução das análises técnicas: as revisões técnicas e os pareceres terão foco na a) avaliação da disposição e capacidade do Brasil de implementar os instrumentos legais de competência dos Comitês; e b) avaliação das políticas e práticas do Brasil em comparação com as melhores práticas da OCDE ligadas aos princípios detalhados no Apêndice do *roadmap*.

Confidencialidade e divulgação de informações: em princípio, as discussões serão confidenciais, entretanto, o Brasil poderá concordar em divulgar as informações para fins de apoio nos debates sobre as reformas.

Participação nos Comitês: o Brasil é convidado a participar, como país-candidato, das reuniões dos Comitês e terá acesso a documentos relacionados às reuniões, mas não participará na tomada de decisões.

Papel de Coordenação do Secretariado da OCDE: o Secretariado deve a) auxiliar o Brasil no cumprimento dos requisitos do processo de acesso e fornecer às autoridades brasileiras todas as informações necessárias, incluindo a revisão da minuta do Memorando Inicial e outros documentos; b) fornecer informações e análise para as revisões técnicas pelos Comitês; e c) compartilhar relatórios com o Conselho sobre o status do processo de acesso, bem como qualquer material necessário à consideração do pedido brasileiro de acesso.

Etapas seguintes no processo de acesso: o Brasil preparará Memorando Inicial, e em seguida haverá a avaliação 360 graus. No âmbito da conclusão do processo de acesso, teremos como próximas etapas: a) *Final Statement*; b) Decisão do Conselho sobre a extensão do convite ao Brasil para adesão à Convenção da OCDE; c) Depósito do instrumento de acesso; d) Adoção da resolução do Conselho de registro da acesso; e e) Relatório pós-acesso.

Recursos necessários ao Processo de Acesso: o Brasil deverá fornecer todos os recursos necessários para cobrir os custos do seu processo de acesso.

Além disso, o documento traz um Apêndice com lista detalhada de princípios para cada comitê.

¹ Romênia, Croácia, Bulgária e Peru. O *roadmap* da Argentina ainda não foi publicado porque o país ainda não respondeu ao convite para iniciar as negociações do processo de acesso.

■ Próximos passos



Fonte: Elaboração CNI.

■ Lista de Comitês

1. Comitê de Investimentos e Grupo de Trabalho sobre Conduta Empresarial Responsável
2. Grupo de Trabalho sobre Corrupção em Transações Empresariais Internacionais
3. Comitê de Governança Corporativa
4. Comitê sobre Mercados Financeiros
5. Comitê de Seguros e Pensões Privadas
6. Comitê de Concorrência
7. Comitê que Assuntos Fiscais
8. Comitê de Política Ambiental
9. Comitê de Químicos e Biotecnologia
10. Comitê de Governança Pública
11. Comitê de Altos Funcionários do Orçamento
12. Comitê de Política Regulatória
13. Comitê de Política de Desenvolvimento Regional
14. Comitê de Estatística
15. Comitê de Revisão do Desenvolvimento Econômico
16. Comitê de Política Educacional
17. Comitê de Emprego, Trabalho e Questões Sociais
18. Comitê de Saúde
19. Comitê de Comércio e Grupo de Trabalho sobre Créditos à Exportação e Garantias de Crédito
20. Comitê para Agricultura
21. Comitê de Pesca
22. Comitê de Política Científica e Tecnológica
23. Comitê de Políticas para a Economia Digital
24. Comitê de Política do Consumidor
25. Comitê do Aço
26. Grupo de Trabalho do Conselho para Construção Naval



Conheça mais

Informações sobre publicações e a agenda internacional da CNI em:
<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/assuntos-internacionais/>